

# O MERCADO DE TRABALHO CANAVIEIRO EM REGIÕES DE CRESCIMENTO RECENTE: UMA APROXIMAÇÃO ANALÍTICA PARA O CASO DE SERGIPE.

Jaime Santos Júnior<sup>1</sup>

## Resumo

A vasta literatura que tratou das condições e processos de trabalho nos canaviais sublinhou, com razão, a condição precária das atividades ligadas ao corte da cana de açúcar. Nos últimos anos tem-se verificado uma expansão da área cultivada em virtude da necessidade de aumento da produção, seja para o caso do açúcar e do etanol quanto para o novo *greenfield* do setor, a produção de bioenergia a partir da queima do bagaço da cana. No entanto, em razão das novas pressões que surgem para o setor em face da legislação sobre o fim das queimadas ou ainda pelo avanço da mecanização do corte da cana, a tensão agora se concentra sobre o próprio destino dessa atividade laboral. Não raro, a cadeia produtiva da agroindústria canavieira convive ainda com um setor de ponta, ligado às novas tecnologias, e a persistência de situações degradantes de trabalho por razões diversas. Ao que parece, observa-se uma nova dinâmica sobre o mercado de trabalho da agroindústria canavieira. Sendo assim, este artigo toma como objetivo a análise desse mercado de trabalho observando-o a partir de uma zona de expansão, o estado de Sergipe. Espera-se avançar na compreensão das situações de *matching*: quem são seus agentes? Como se dá a regulação desse mercado? Quais as modalidades de emprego e formas de circulação dos trabalhadores? A pesquisa é nutrida pelas informações coletadas na base de dados da RAIS.

**Palavras-chave:** mercado de trabalho; setor sucroalcooleiro e trabalho.

## Apresentação

O propósito desse texto é apresentar os primeiros avanços de uma pesquisa realizada com trabalhadores sazonais, cortadores de cana, do estado de Sergipe. Trata-se, portanto, de uma primeira aproximação a fim de testar algumas variáveis que consideramos importantes com o propósito de bem situar o argumento que se pretende desenvolver. Se o objetivo maior da pesquisa é o de analisar os elos entre experiência do trabalho e construção identitária em relações de emprego assentadas sobre a intensa sazonalidade no uso do trabalho e no (re)estabelecimento dos contratos, em meio a processos de desterritorialização física dos trabalhadores; toma-se como campo a ser investigado não a região Centro/Sul, verdadeiro *brownfield*, mas as áreas onde a expansão da lavoura canavieira pode indicar uma nova dinâmica seja nos usos do trabalho seja nos fluxos migratórios. É por esta via que situamos o caso de Sergipe. Assim, duas perguntas-chave nos parecem tentadoras: como se diferenciam internamente os trabalhadores que acorrem a esse mercado de trabalho no que tange à composição por faixa etária, duração do vínculo, gênero e grau de instrução? O que tais dados

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pelo PPGS/USP. Bolsista da Fapesp. e-mail: jaimesjr@usp.br

nos permitem inferir a respeito de como circula essa mão de obra? Certamente o leque de questões poderia ser bem mais amplo; penso, entretanto, que para bem analisar a dinâmica desse mercado de trabalho elas nos fornecem um bom começo, se o intento é estabelecer nortes.

A condição de migrante, que não é exclusiva do trabalhador da cana<sup>2</sup>, resulta de múltiplos fatores. Ela se estabelece primeiro em virtude da própria sazonalidade da cultura da cana de açúcar; portanto existe um fator de ordem natural. Mas isso é claramente insuficiente; em outras formas de atividade econômica sazonal (veja-se, por exemplo, a citricultura) nem por isso se recorre a trabalhadores migrantes. Por isso mesmo, elenco duas outras razões suplementares. Primeiro, a existência de duas safras por ano na somatória das regiões produtivas do Brasil, o que maximiza as chances de emprego e oportunidades de trabalho, se o deslocamento espacial torna-se regra. Segundo, a inexistência de condições mínimas que garantam a permanência, e sobrevivência, dessa população trabalhadora circulante em suas regiões de origem. Tais elementos já foram amplamente discutidos pela literatura que trata do tema sob diferentes perspectivas (Menezes, 2002; Prado, 2011; Silva 2005). Apesar disso, e valendo-se de uma sociologia dos mercados de trabalho, acreditamos que um olhar mais atento à própria constituição e dinâmica do mercado de trabalho do setor canavieiro é capaz de oxigenar o debate sobre essa mão de obra migrante.

Mas, antes de entrar a explorar o filão do argumento aqui proposto, cabe por em evidência ainda duas outras características do setor, que marcam o seu padrão de uso do trabalho. Em face da legislação que estabelece a extinção progressiva das queimadas, da introdução das colheitadeiras e do conseqüente efeito sobre o emprego, uma parte da literatura que trata do tema tem posto um forte acento sobre a precariedade – por vezes precarização – do trabalho e das relações de trabalho<sup>3</sup>. Não sem razão. Essa mesma literatura foi capaz de mostrar como o setor conseguiu sobreviver com um desenvolvimento de ponta ligado à biotecnologia, aos softwares de controle da produção agrícola, aos processos de automação etc., ao mesmo tempo em que insistentemente registram-se casos de trabalho em condições análogas à escravidão, trabalho infantil, elevação da intensidade do trabalho a ponto de registrar a ocorrência de mortes. No entanto, a própria dinâmica desse mercado de trabalho aparece, de certa forma, pouco problematizada. Como recurso metodológico, lançaremos mão da literatura que já fornece um bom panorama das formas de engajamento dos trabalhadores

---

<sup>2</sup> No Brasil, ela está presente também em outras culturas, como a da laranja, e também fora do trabalho agrícola, como na construção civil só para citar mais exemplos.

<sup>3</sup> Ver Silva (1999), Thomaz Júnior (2002), Novaes (1993), entre outros.

do complexo sucroalcooleiro, ainda que com especial destaque para o caso dos cortadores de cana, além da base de dados dos Registros Administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), do Ministério do Trabalho. Pretende-se esquematizar um leque de informações de caráter sociodemográfico e de cunho profissional. O uso da RAIS está ancorado na constatação de que o índice de formalização do setor é alto (era de 94% em 2005), e já apontado em outros estudos que usam a PNAD como fonte de dados (Moraes, 2007). Todavia, não se deve esquecer que uma parte importante do que não é captado pela RAIS é também de extrema importância, uma vez que é nesse “buraco negro” que se mesclam as formas mais extremas de precariedade.

### **A dinâmica do mercado de trabalho no setor sucroalcooleiro**

O que salta a vista ao se falar sobre esse mercado são os números do volume de mão de obra que ele emprega, são mais de 4 milhões de empregos diretos e indiretos. Uma vez que a maior parte dessa mão de obra é composta por trabalhadores envolvidos entre as etapas do plantio e da colheita, e a despeito da crescente introdução das colheitadeiras, o saldo visualizado ainda não revela em termos absolutos um decréscimo de mão de obra empregada. Embora as previsões já indiquem esse saldo negativo. O processo de mecanização é impulsionado, também, pela exigência do fim das queimadas. Este recurso, amplamente usado na fase imediatamente anterior ao corte, vem sendo contestado em virtude do impacto ambiental que ele gera. Para que o etanol seja apresentado enquanto uma “energia limpa” é preciso acelerar o fim das queimadas. Todavia, a jurisdição<sup>4</sup> das diferentes normas que regulamentam essa questão ainda é muito leniente com os prazos estabelecidos. Enquanto alguns estados não possuem legislações específicas que estipulem o fim das queimadas, a exemplo de Alagoas e Pernambuco, outros estabelecem prazos variados com esta finalidade. O fim das queimadas envolve diretamente dois aspectos: a redução do número de trabalhadores empregados e o aumento da intensidade do trabalho. Ambos não possuem uma relação biunívoca e, ademais, ela assume múltiplas formas a depender das regiões. Senão vejamos.

Na fase agrícola a mecanização foi sendo implementada gradativamente, desde as etapas do plantio (que pode ser manual ou semi-mecanizado) até à etapa final da colheita da cana. Nesta última fase, o processo de mecanização se iniciou pelo carregamento e transporte

---

<sup>4</sup> Existem legislações de âmbito federal, estadual e municipal que versam, de diferentes formas, sobre o fim das queimadas.

da cana colhida manualmente. É em fins da década de 1980 que as primeiras colheitadeiras são introduzidas (Alves, 2007). A legislação que reza o fim das queimadas é posterior à mecanização do corte, mas é evidente que encontra nele o substrato técnico necessário para que se possa impulsionar tal medida. Acontece que a completa mecanização do corte encontra obstáculos em fatores de ordem técnica (não podendo operar em terrenos com alta declividade) e pelo (ainda) alto custo das colheitadeiras em detrimento do baixo custo da mão de obra. Depreende-se então que apesar do alto rendimento (produtividade) das colheitadeiras, o uso do corte manual ainda compensa. A mecanização do corte impulsionou um processo de aumento da intensidade média do volume de cana cortada manualmente em toneladas, passando de 6 a 8 toneladas por trabalhador, na década de 1980, para 12 a 15 toneladas por trabalhador na década de 1990. Na ausência das colheitadeiras e sendo exigido o corte manual da cana crua, tal atividade implica em um processo de desgaste físico ainda maior, uma vez que exige mais movimentos para deixar a cana limpa e pronta para o transporte (sem contar com os riscos de animais peçonhentos). Mesmo para a colheita mecanizada, pode haver aumento da intensidade do trabalho para quem opera as colheitadeiras, é o que sugere a pesquisa de Menezes, Silva Cover (2011). Por fim, o aumento da intensidade média do trabalho não foi acompanhado por acréscimos significativos na remuneração do trabalhador.

Tudo isso parece sugerir que os efeitos da mecanização da colheita sobre o mercado de trabalho da agroindústria canavieira ainda não estão claros, embora seja possível deduzir algumas consequências como: a redução do número de trabalhadores empregados, o aumento da intensidade média do trabalho e a mudança nos tipos de vínculos empregatícios. Sobre este último aspecto é salutar recorrer a um achado de pesquisa de Novaes (2007) sobre o impacto da mecanização nos tipos de vínculos empregatícios. Em pesquisa realizada com algumas usinas do estado de São Paulo, ele pode perceber que quanto maior o grau de mecanização maior foi a modalidade de contrato por tempo indeterminado, ou, em relação inversa, a um menor grau de mecanização do corte, maior o contingente de trabalhadores na modalidade “safrista”. Para Novaes (2007), isso sugere uma segmentação dos trabalhadores no que se refere aos tipos de contratos de trabalho e local de moradia. Por conseguinte, os trabalhadores têm ficado mais tempo na região de destino, de dois a três anos. Esse movimento também induz alterações nas estratégias familiares, sem contudo indicar ruptura com o projeto de retorno a região de origem. Uma vez ampliando-se a relação entre mecanização e contrato por tempo indeterminado, o impacto sobre os trabalhadores migrantes pode ser de dois tipos como sugere Novaes (2007): motivando a permanência dos mesmos na região produtora, e

restringindo o mercado de trabalho para os migrantes que não queiram se fixar nas regiões produtoras.

Detenho-me agora nas formas de prospecção que caracterizam a compra e a venda da mercadoria trabalho nesse mercado. Via de regra, a arregimentação de trabalhadores para as usinas que ainda contam com grandes contingentes ocorre por via direta, através das próprias usinas, ou por “empreiteiros de mão de obra” (Novaes, 2007). Para o caso dos trabalhadores de maior qualificação, geralmente alocados de forma permanente no quadro de funcionários, as usinas contam com departamentos de recursos humanos (ou recorrem às agências de emprego) para o recrutamento, seleção e/ou treinamento desses trabalhadores. Contudo, para o caso dos cortadores de cana, ainda é forte a presença dos “gatos” ou agente responsáveis por recrutar trabalhadores para a próxima colheita. É oportuno sublinhar que redes sociais são imensamente importantes na dinâmica desse mercado, ou seja, a informação também circula de maneira informal entre os trabalhadores que já estão cortando cana, e que se encarregam de indicar membros da família, levando-os para o corte da cana. A hipótese desenvolvida por Novaes (2007) é de que tais mudanças no mercado de trabalho tendem a indicar uma nova dinâmica, “que combina trabalhadores com contrato por tempo indeterminado com residência fixa; trabalhadores migrantes que ficam por mais uma safra com diferentes tipos de contratos na safra e na entressafra; e, finalmente, trabalhadores migrantes safristas, via de regra, arregimentados por empreiteiros que prestam serviços a diferentes usinas” (Novaes, 2007, p. 96).

Como a mão de obra ocorre por gravidade, as usinas têm à sua disposição formas discriminatórias de seleção para garantir a alta produtividade. Observando-se o perfil dos trabalhadores, vários estudos registram o que parece indicar um padrão, a saber: o do trabalhador jovem e do sexo masculino (Silva, 2005; Alves, 2008). São estes os que se adequam mais facilmente às exigências de aumento da produtividade *per capita*, já que o rendimento advém do ganho por tonelada de cana colhida. Esta forma de pagamento por produção, ainda muito comum, induz a jornadas estafantes de trabalho o que os expõe à chamada “birola”, ou espécie de cãibra generalizada que pode causar a paralisia completa do trabalhador<sup>5</sup>. Para evitar esse processo, muitas usinas ofertam bebidas energéticas que minimizam os efeitos da extrema desidratação.

---

<sup>5</sup> É comum o descumprimento da NR31, norma do Ministério do Trabalho que regulamenta a segurança e a saúde no trabalho agrícola, entre outros. As infrações vão desde ausência de instalações sanitárias nas frentes de trabalho, água potável e EPI's, até alojamentos em condições precárias.

Se, como vimos, a sazonalidade do trabalho, bem como os efeitos do processo de mecanização, diversificam as modalidades de contratação, a regulação desse mercado é outro aspecto que sugere uma atenção especial. Políticas governamentais – em nível estadual e municipal –, a atuação de agentes do Estado como a Justiça do Trabalho e Delegacias do Trabalho interferem nas relações que se estabelecem entre demandantes de trabalho e empresas<sup>6</sup>. Isto fica claro quando políticas de acesso a renda nos períodos de entressafra podem contribuir para a sedentarização dessa população de trabalhadores nas localidades onde vivem. Em Sergipe, o governo estadual implementou o programa “mão amiga”<sup>7</sup>. Uma medida de auxílio financeiro para os trabalhadores rurais da laranja e da cana de açúcar que são afetados pela sazonalidade da produção.

### **Perfil da mão de obra empregada na indústria sucroalcooleira em Sergipe**

Os dados reunidos nessa pesquisa são oriundos de consultas à base da RAIS<sup>8</sup> do Ministério do Trabalho e Emprego. Os dados lá contidos se referem apenas aos trabalhadores formalizados, com carteira assinada, deixando em obscuro os números que revelam as formas precárias de trabalho sob a forma do trabalhador sem carteira assinada, menor de idade etc. Sendo assim, cômico dessa ressalva, a base de dados fornecida pela RAIS nos ajuda a criar uma cartografia do trabalho agrícola na cana nos principais estados produtores do Brasil. A principal finalidade é estabelecer uma escala de comparação definindo variáveis que permitam situar o caso de Sergipe em relação aos outros estados produtores. A faixa de tempo que cobre os resultados aqui apresentados vai de 2006 a 2010 período em que a CNAE 2.0 foi usada. É nela que encontramos as classes<sup>9</sup> aqui usadas, a saber: 01130 (cultivo da cana de

---

<sup>6</sup> As ações do Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do Trabalho são de fundamental importância não apenas pela sua capacidade coercitiva de fiscalização e punição de possíveis infratores, mas sobretudo pelo protagonismo que tem exercido em contextos cuja organização dos trabalhadores ainda é incipiente.

<sup>7</sup> É fornecido ao trabalhador cadastrado um auxílio pecuniário no valor de R\$ 190 no período da entressafra e exige em contrapartida do trabalhador que ele participe de cursos de capacitação realizados pela Secretaria de Estado do Trabalho, além de programas de alfabetização.

Fonte: [http://www.inclusao.se.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=325&Itemid=177](http://www.inclusao.se.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=325&Itemid=177)

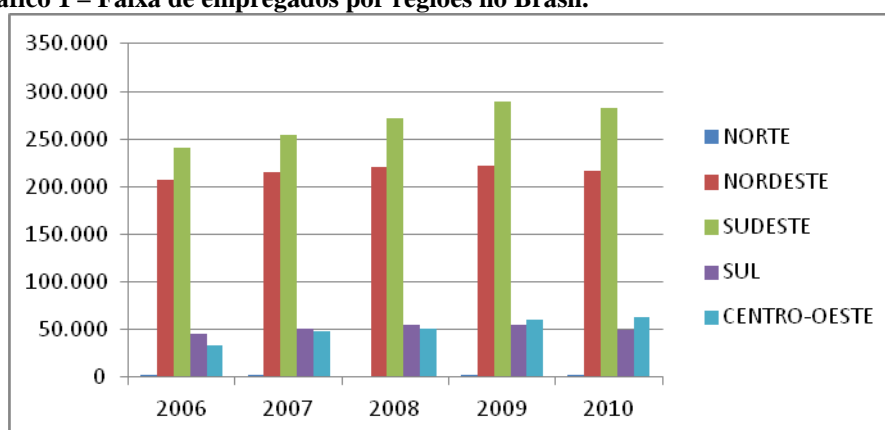
<sup>8</sup> Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

<sup>9</sup> Os gráficos aqui apresentados não fazem distinção das classes, portanto, cada número expressa a totalidade das três categorias juntas.

açúcar), 10716 (fabricação de açúcar em bruto), 10724 (fabricação de açúcar refinado), 19314 (fabricação de álcool).

O gráfico 1 ilustra a disparidade entre duas grandes regiões produtoras (Nordeste e Sudeste) no que tange ao volume de mão-de-obra empregada. Se a diferença em relação a este aspecto entre as duas regiões não parece ser tão grande, quando comparado a extensão da área plantada, isso pode ser explicado por vários fatores. Na região sudeste: melhoramento genético das mudas de cana, melhores condições edafoclimáticas e sobretudo a implementação do uso das colheitadoras. As estimativas da UNICA (União da Indústria de Cana de Açúcar) apontam para um processo ainda maior de mecanização da colheita no Estado de São Paulo, o que acarreta redução do número de trabalhadores empregados. No entanto, acreditamos que os efeitos desse processo só poderão ser medidos em médio e longo prazo. Isto porque se o dado imediato da mecanização da colheita revela a redução do número de trabalhadores empregados no corte, a acomodação desse estoque criado de mão-de-obra não ocorrerá em pouco tempo. Em outras palavras, seja pela diversificação das modalidades de contrato de trabalho (com forte tendência para o aumento dos vínculos duradouros (Novaes, 2007), seja pela limitação técnica da implementação das colheitadeiras em terrenos com acentuada declividade, não parece plausível vaticinar um cenário desolador para esse mercado de trabalho. Ainda mais com a perspectiva de crescimento da área plantada.

**Gráfico 1 – Faixa de empregados por regiões no Brasil.**

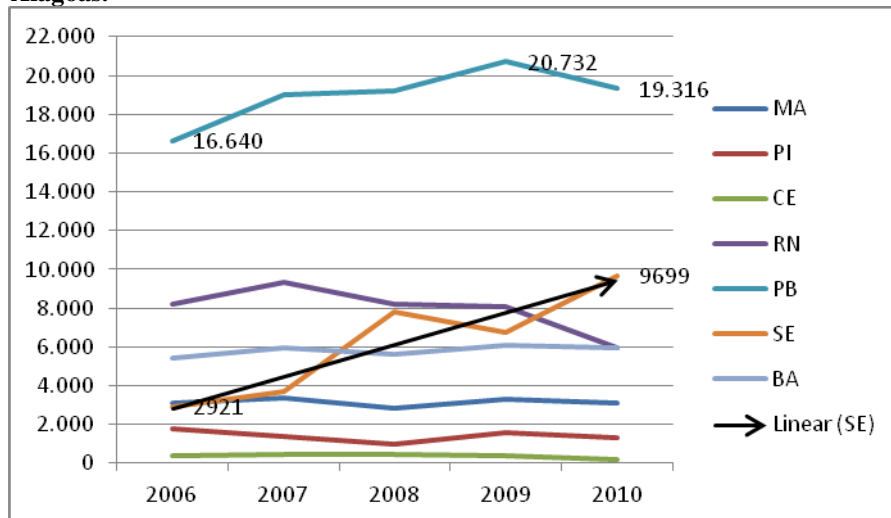


Fonte: elaborado a partir da RAIS, vários anos.

Quando observamos os estados produtores da região Nordeste – excluindo-se Alagoas e Pernambuco que representam os maiores produtores regionais – como indica o gráfico 2, vê-se que Sergipe apresentou em cinco anos um crescimento considerado de 332% no volume de mão-de-obra empregada na indústria canavieira. Entre os estados do Nordeste é o que apresenta a maior taxa de crescimento. Alagoas e Pernambuco, gráfico 3, apresentam

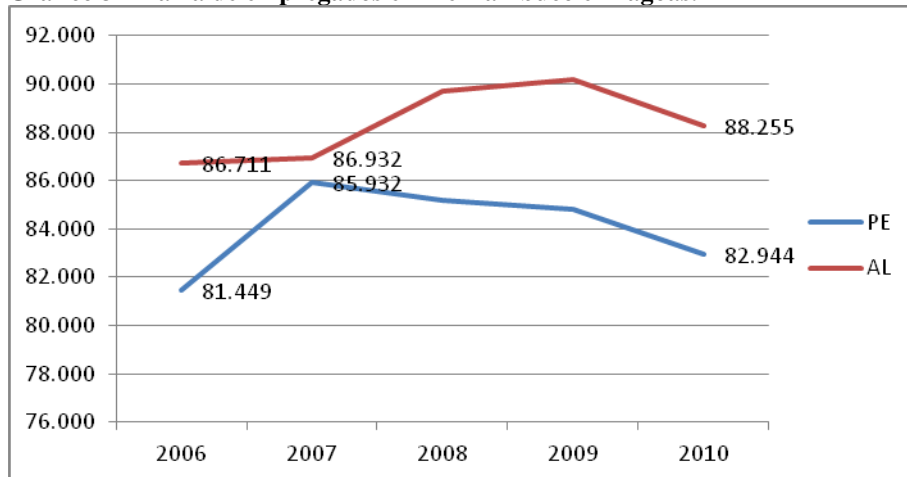
movimentos variados de crescimento e/ou decréscimo. De acordo com os achados de pesquisa de Galdino (2009), Campos, Raposo e Maia (2007) sobre Pernambuco e Carvalho (2002) sobre Alagoas, esta diferença em desfavor de Pernambuco pode ser atribuída ao período anterior, subsequente à desregulamentação do setor, cujo impacto foi maior em Pernambuco, enquanto Alagoas, que também sofreu os impactos, conseguiu se manter como grande produtor (Moraes, 2002).

**Gráfico 2 – Faixa de empregados por estados do Nordeste excluindo-se Pernambuco e Alagoas.**



Fonte: elaborado a partir da RAIS, vários anos.

**Gráfico 3 – Faixa de empregados em Pernambuco e Alagoas.**



Fonte: elaborado a partir da RAIS, vários anos.

Como havia comentado alhures, um dos pontos nevrálgicos do trabalho sazonal refere-se à duração do vínculo empregatício. No segmento canavieiro, os que são mais afetados com contratos por tempo determinado (safistas) são os cortadores de cana. Não sendo poupadora de mão-de-obra, a não ser pela ameaça das colheitadeiras, na última etapa da fase agrícola encontramos sempre um alto percentual de vínculos empregatícios de curta duração, feitos e



refeitos a cada safra. Em verdade, existe sempre a manutenção de alguns trabalhadores que são aproveitados nas outras etapas da fase agrícola (como o preparo do solo, plantio, aplicação de herbicida etc.), e que, em virtude da área plantada, são etapas que ocorrem de maneira concomitante; todavia, o grosso da mão-de-obra emprega ainda é volante. Um aspecto crítico dessa modalidade de contrato de trabalho é que o tempo do vínculo, via de regra, não os torna elegíveis a requerer benefícios quando do mesmo.

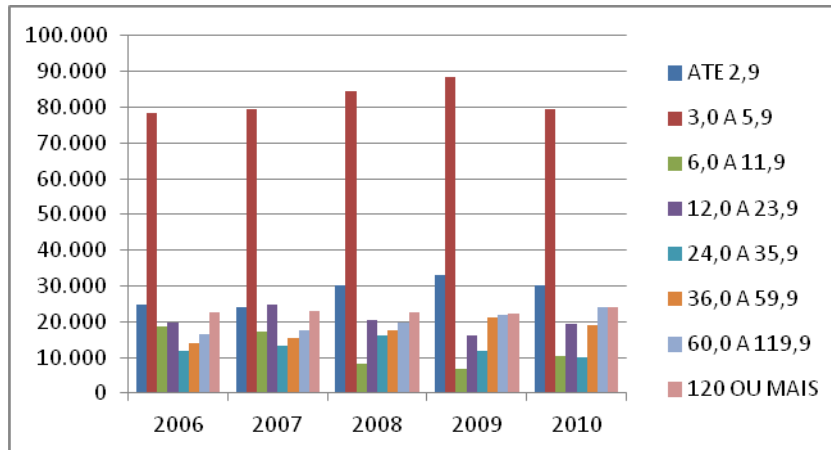
Quando observamos os dados da RAIS para o caso do nordeste, agregando o total dos empregados no setor canavieiro nos diferentes estados, vemos que quase 40 % da mão-de-obra empregada possui vínculo empregatício que dura em torno de 3 a 5,9 meses. Esse percentual chega a 50% quando somamos os que possuem vínculo com duração menor que 3 meses, como revela o gráfico 4. Isso em nada difere dos achados de pesquisa da região Centro/Sul. Em Sergipe, como indica o gráfico 5, a relação é maior para os vínculos com duração de até 3 meses, excetuando-se o ano de 2009 onde a diferença foi menor. A profusão de vínculos feitos e refeitos ao longo da trajetória desses trabalhadores dá o tom à dinâmica desse mercado de trabalho, com impactos na maneira como se formam as estratégias de manutenção dos vínculos, na forma como as famílias se estruturam, nos fluxos migratórios, nas formas de representação coletiva, na sempre frequente burla das normas trabalhistas etc. (Prado, 2011).

A cadeia produtiva da cana de açúcar é polarizada e heterogênea<sup>10</sup>, um e outro se completando na convivência mútua entre o que há de mais avançado em termos de tecnologia, ao mesmo tempo em que as modalidades e formas de uso do trabalho ainda se revelam precárias. A maneira como tais elementos reunidos dão forma a uma configuração particular em cada contexto faz como que seja mais oportuno falar em mercados de trabalho do complexo sucroalcooleiro, ao invés da opção no singular.

**Gráfico 4 – faixa do tempo de emprego do vínculo informado: região nordeste (em meses).**

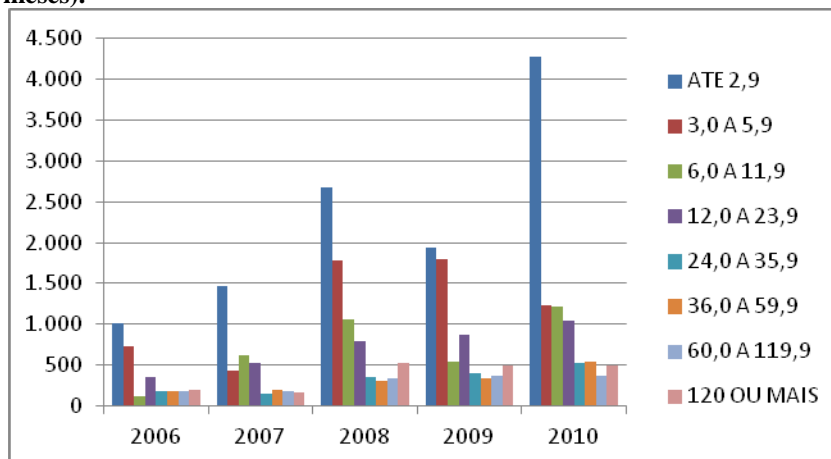
---

<sup>10</sup> O caráter heterogêneo dessa mão de obra não fica evidente a partir dos gráficos elaborados nessa seção. Uma vez que representam valores em termos absolutos, não é possível fazer uma diferenciação interna capaz de ressaltar a amplitude e variação nas modalidades e formas de uso do trabalho no complexo canavieiro. O grande volume de trabalhadores contratados especialmente para o corte da cana no período de safra inflaciona os dados, São estes – os trabalhadores do corte – que aparecem de maneira mais contundente nas representações gráficas.



Fonte: elaborado a partir da RAIS, vários anos.

**Gráfico 5 – faixa do tempo de emprego do vínculo informado: Sergipe (em meses).**

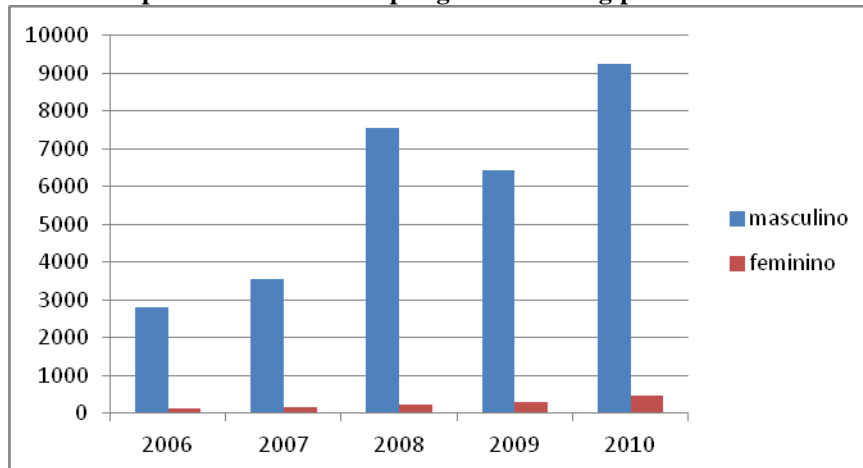


Fonte: elaborado a partir da RAIS, vários anos.

Ao traçar o perfil desse trabalhador em Sergipe, vemos que ele não foge ao padrão em comparação com outros estados. Isso significa dizer que o segmento é composto quase que exclusivamente por homens (gráfico 6), jovens (gráfico 7) e com baixa escolaridade (gráfico 8). Para o caso dos cortadores de cana, que inflaciona esses dados em virtude do volume de

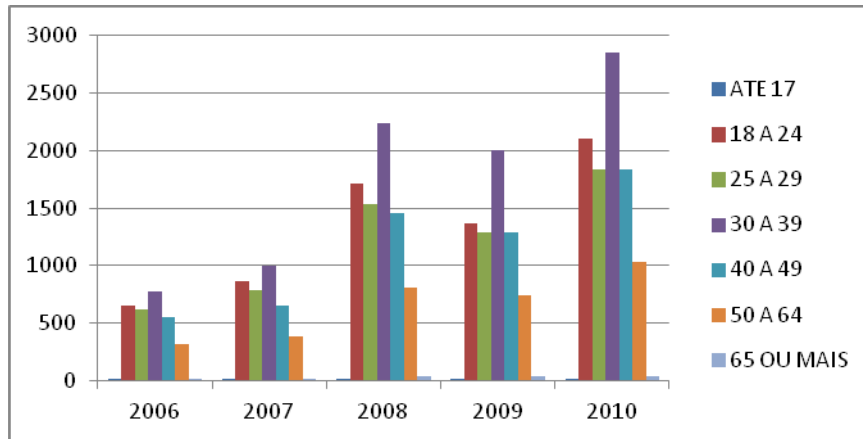
mão-de-obra empregada num usina, o tipo de trabalho executado especialmente no corte envolve elevada compleição física. A ergonomia do trabalho executado concentra muito movimento repetitivo, sob o sol e com carregamento de peso. O pagamento por produção os impulsiona a aumentar a intensidade do trabalho para complementar o baixo salário, o que também os expõe a jornadas extenuantes. Nessas condições, os homens jovens têm mais vantagem. O biótipo do trabalhador é o de um maratonista, pouca massa muscular e grande resistência cardiorrespiratória. No entanto, na ausência das condições adequadas de alimentação, descanso e segurança no trabalho eles estão expostos a toda sorte de males. No tocante à baixa escolaridade, mais uma vez ressaltando que os resultados são influenciados pelo grande número de trabalhadores na modalidade cortadores de cana, não é difícil supor o baixo perfil educacional. Por esta razão, surgem problemas correlatos como a dificuldade em ler e entender o receituário agrônômico.

**Gráfico 6 – perfil do trabalhador por gênero em Sergipe.**



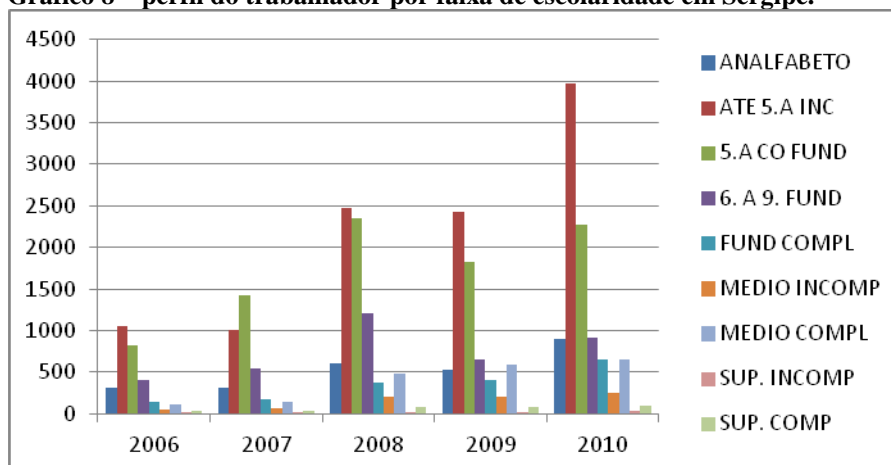
Fonte: elaborado a partir da RAIS, vários anos.

**Gráfico 7 – perfil do trabalhador por faixa etária em Sergipe (em anos).**



Fonte: elaborado a partir da RAIS, vários anos.

**Gráfico 8 – perfil do trabalhador por faixa de escolaridade em Sergipe.**



Fonte: elaborado a partir da RAIS, vários anos.

**À guisa de conclusão**

Haja vista o exposto acima, alguns pontos podem ser sublinhados sobre o mercado de trabalho da indústria canavieira. O primeiro deles é o de que existe de fato uma heterogeneidade da mão-de-obra empregada ainda que boa parte da literatura ponha ênfase nos cortadores de cana. Conhece-se muito pouco a respeito desses “outros” trabalhadores. Situados no polo industrial, é lá que estão os trabalhadores onde o requisito de qualificação é maior e os tipos de vínculos empregatícios e formas de recrutamento são variadas. Se existem trabalhadores sazonais no polo industrial, sabe-se pouco ou nada. Embora não sendo uma indústria de processo contínuo, as usinas realizam na entressafra a manutenção das suas unidades industriais, o que motiva o aumento do efetivo.

Segundo, a maneira como leis – em nível municipal, estadual ou federal – interferem diretamente sobre o setor, acaba por criar uma configuração desse mercado de trabalho muitas vezes peculiar. Os Sindicatos, as convenções coletivas, a legislação sobre o fim das queimadas, a ação dos órgãos de fiscalização do trabalho, entre outros, são elementos de ordem institucional cuja análise compõe de modo imperioso a descrição desse mercado de trabalho. Como se verá no capítulo que segue, para o caso de Sergipe, a interferência de tais elementos não é subsidiária à conformação de um dado contexto.

Por fim, se a mecanização do corte for de fato uma tendência a se ampliar cada vez mais, o interesse analítico deve também deslocar o foco dos efeitos do desemprego em massa e tentar analisar as formas e caminhos pelos quais esses trabalhadores podem ser readmitidos nesse setor ou mesmo a urgente necessidade de uma política agrícola que os inclua. O Norte-Nordeste, tradicional fonte provedora de mão de obra para o corte da cana na região Centro-Sul, tem na dinâmica desse aparente “padrão migratório”, ao que supomos, uma nova relação. Os egressos das áreas mecanizadas do corte da cana na região Centro-Sul para onde vão? As dinâmicas regionais de crescimento da área plantada, uma vez demandantes de mão de obra, interferem no ciclo das migrações? Não sendo conclusivo, têm-se já algumas das indagações que teremos que nos debruçar nas etapas subsequentes da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco. Processo de Trabalho e Danos à Saúde dos Cortadores de Cana. São Paulo: *INTERFACEHS* – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. v.3, n.2, artigo 2, abr./ agosto. 2008.

CAMPOS, Luis Henrique Romani de; RAPOSO, Isabel; MAIA, André. Empregabilidade do Cortador de Cana-de-Açúcar da Zona da Mata Pernambucana no Período da Entressafra. Trabalho apresentado no **XII Encontro Regional de Economia**. Banco do Nordeste. Fortaleza, 2007.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Novas Estratégias Competitivas para o Novo Ambiente Institucional: o caso do setor sucroalcooleiro em Alagoas – 1990/2001. In: MORAES, Márcia A. F. Dias de e SHIKIDA, Pery F. Assis (orgs.). **Agroindústria Canaveira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

GALINDO, Osmil (org.). **Desemprego Sazonal na Atividade Açucareira Pernambucana: zona da mata e região metropolitana do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida de; COVER, Maciel; SILVA, Marcelo Saturnino da. Mecanização de Lavouras Canaveiras: eliminação ou um novo lugar para o trabalho manual? Comunicação apresentada no **35º Encontro Anual da ANPOCS, GT36 – Trabalho, Ação Coletiva e Identidades Sociais**, Caxambu, 2011.

MORAES, Márcia A. F. Dias de. Desregulamentação da Agroindústria Canaveira: novas formas de atuação do Estado e desafios do setor privado. In: MORAES, Márcia A. F. Dias de e SHIKIDA, Pery F. Assis (orgs.). **Agroindústria Canaveira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

NOVAES, José Roberto Pereira. **Modernização, Relações de Trabalho e Poder: um estudo das transformações recentes na agroindústria canaveira do nordeste**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. Idas e Vindas, Disparidades e Conexões Regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canaveiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

PRADO, Marcos Lázaro. Setor Sucroalcooleiro, automação e novos gerenciamentos: novos perfis do trabalho. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 16, n 31, pp. 387-405, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canaveiras de São Paulo. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Ano 10, n. 17. pp. 31-54, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por Trás dos Canaviais: os nós da cana**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

#### **Sites consultados:**

[www.unica.com.br](http://www.unica.com.br)

[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

[www.inclusao.se.gov.br](http://www.inclusao.se.gov.br)